



Comissão de Pregão III

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2021

Processo Licitatório nº: 06.964/2020

Processo de Recurso nº: 20.826/2022

REFERÊNCIA: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 122/2021

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de DEDETIZAÇÃO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses.

RECORRENTE: MMX RIO SULOÇÕES AMBIENTAIS LTDA

RECORRIDO: PREGOEIRA

Trata-se de **RECURSO ADMINISTRATIVO** interposto pela empresa, **MMX RIO SULOÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, por meio de seu representante legal, com espeque no art. 4º, inciso XVIII, da Lei nº 10.520/2002 e no Decreto nº 1024/2019, subsidiados pela Lei nº 8.666/93, em face de ato administrativo praticado pela **PREGOEIRA** da Comissão de Pregão III, no Edital Pregão Eletrônico nº 122/2021.

Em tempo, informamos que esta Pregoeira e Equipe de Apoio foram designados, com base na Portaria nº 350 de 17 de fevereiro de 2022, publicada no Diário Oficial do Município de Nova Friburgo em 22 de fevereiro de 2022, que constitui a Comissão de Pregão III, para julgamento das licitações da Administração Municipal na modalidade Pregão.



Comissão de Pregão III

I. DAS PRELIMINARES

Em sede de admissibilidade, verificou-se que foram preenchidos os pressupostos de legitimidade, fundamentação, pedido de provimento ao recurso, reconsideração das exigências e tempestividade, e interesse processual, conforme comprovam os documentos colacionados ao Processo de recurso.

II. DOS FATOS

Conforme dados disponibilizados na Ata de Realização do Pregão Eletrônico - Licitação nº 122/2021 e documentos acostados ao processo, verifica-se que:

Às 10:00 horas do dia 27 de julho de 2022, reuniram-se a Pregoeira Oficial deste Órgão e respectivos membros da Equipe de Apoio, designados pelo instrumento legal Portaria 350 de 17/02/2022, em atendimento às disposições contidas na Lei nº 10.520 de 17 de julho de 2002 e no Decreto nº 10.024 de 20 de setembro de 2019, referente ao Processo nº 6.964/2020, para realizar os procedimentos relativos ao Pregão nº 00122/2021. Modo de disputa: Aberto/Fechado. Objeto: REGISTRO DE PREÇOS para futura e eventual contratação de empresa especializada em serviços de DEDETIZAÇÃO para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 12 (doze) meses. A Pregoeira abriu a Sessão Pública em atendimento às disposições contidas no edital, divulgando as propostas recebidas. Abriu-se em seguida a fase de lances para classificação dos licitantes relativamente aos lances ofertados.

Às 13:03:35 do dia 29/07/2022 foi aberto o prazo para que qualquer licitante manifestasse, imediata e motivadamente, a intenção de recorrer, conforme consta no item 24.1 do Edital nº 122/2021;



Comissão de Pregão III

Foram registradas duas intenções de recurso, as quais foram aceitas pela pregoeira, que solicitou a apresentação de motivos, fundamentação e provas para as alegações apresentadas;

A empresa **MMX RIO SULÇÕES AMBIENTAIS LTDA**, apresentou o recurso para o item 01 em 03/08/2022.

Em 08/08/2022, a licitante **SENHOR DOS CUPINS LTDA** apresentou Contrarrazões, para o mesmo item;

III. DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE

Alega a **RECORRENTE**, em síntese, que:

“Seguindo a linha de raciocínio, o cadastramento da proposta da maioria dos licitantes (mais especificamente 04 dentre os 05 licitantes cadastrados) foi feito em conformidade com o item 11.5. do Edital registrando nos campos específicos, valor total do item, apenas um licitante cadastrou o item conforme os itens 9.2.1. e 12.7 a sua proposta com o valor unitário, visto que o item 11.5 do Ato Convocatório se refere ao julgamento por MENOR PREÇO GLOBAL e os itens 9.2.1 e 12.7 e ao qual se refere o VALOR UNITÁRIO.”

“A disputa foi frustrada a partir do momento em que houve a aceitação de preços distintos e bastante digressivos entre si.”

“Ou seja, uma empresa cadastrou-se com o valor unitário do item, outra empresa deu seu lance seguindo a proposta da licitante que cadastrou sua proposta com o valor unitário e as demais até deram lances, porém permaneceram ressabiadas e inibidas em dar seus melhores lances devido à grande diferença de valores.”

“Com o argumento de privilegiar a melhor proposta, que segundo o Sr. Pregoeiro seria a proposta de 216.000,00 (duzentos e dezesseis mil reais) visto que dividida por 12 meses daria o valor de



Comissão de Pregão III

R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), e ao criar uma “manutenção de ordem de classificação”, nunca se vista anteriormente em outro Processo licitatório que prosperasse, o Sr. Pregoeiro fere o princípio de isonomia e vicia ainda mais o Processo.”

IV. DOS PEDIDOS DA RECORRENTE

Requer a **RECORRENTE**:

“Seja declarado nulo – ou declarada a anulação – da decisão da Comissão de Pregão, no que tange a aceitação da proposta /habilitação da empresa SENHOR DOS CUPINS, restabelecendo a fase de lances, possibilitando a todos que deem seus lances com o valor unitário da proposta, dando continuidade na disputa de preços com a proposta mais vantajosa para a Administração. Caso não seja possível, não há outra forma de reversão, senão a REVOGAÇÃO DESTE PROCESSO LICITATÓRIO, em decorrência da falha insanáveis apontadas nesta Peça de Direito Jurídico.”

“A REVOGAÇÃO DO PROCESSO se faz necessária para a reavaliação do ato em razão da identificação de vício na condução do certame, em total afronta a diversos princípios licitatórios, principalmente os da vantajosidade e competitividade, ao art. 4º, inciso XVII, da Lei 10.520/2002, ao art. 24, §§ 3º, 8º e 9º, do Decreto 5.450/2005, e à jurisprudência do TCU (Acórdãos 992 e 2.977/2012, ambos do Plenário), quando da anulação dos atos eivados de vícios propostos pelo Sr. Pregoeiro, se prossiga com nova publicação onde os termos sejam promulgados de forma clara e objetiva.”

V. DAS ALEGAÇÕES EM SEDE DE CONTRARRAZÕES

Em sede de contrarrazões a empresa recorrida **SENHOR DOS CUPINS LTDA**, alega que:

“Ora, o que temo aqui é uma tentativa infundada e desesperada da recorrente que deseja conseguir na fase recursal o que não conseguiu na fase de lances, ou seja, não conseguiu ofertar o melhor preço e agora quer culpar o pregoeiro e a forma como o Edital foi redigido.”

Prossegue alegando que, ***“... ao ler o Edital em questão, observa-se que o mesmo é totalmente claro e inequívoco em seu Preâmbulo, informando que, para julgamento e classificação das***



Comissão de Pregão III

propostas, será adotado o critério do tipo MENOR PREÇO e critério de julgamento GLOBAL por item..."

Requer a recorrida que ***"...seja completamente indeferido o recurso proposto em função das infundadas alegações, bem como sejam aceitas as argumentações aqui demonstradas para que seja mantida a decisão que declarou SENHOR DOS CUPINS, vencedora do certame, fazendo-se justiça."***

"Requer ainda, dar prosseguimento nas demais fases de adjudicação e posterior homologação do objeto licitado."

VI. DA ANÁLISE

Imperioso ressaltar que todos os julgados da administração pública estão embasados nos princípios insculpidos no art. 3º da Lei nº 8.666/93, conforme segue:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Ressalte-se que tal disposição é corroborada pelo disposto no Decreto 10.024/2019:

"Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao



Comissão de Pregão III

instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos.”

Dito isso, passa-se a análise do mérito do recurso interposto pela empresa **MMX RIO SULOÇÕES AMBIENTAIS LTDA.**

Quanto às alegações apresentadas, inicialmente, cumpre destacar que esta pregoeira diligenciou junto à Procuradoria Geral Municipal, para parecer jurídico opinativo, acerca do entendimento deste órgão quanto ao eventual prejuízo dos princípios do julgamento objetivo das propostas com base na vinculação ao instrumento convocatório, do objeto em questão, a fim de subsidiar a decisão desta pregoeira, ante o recurso interposto, na forma que dispõe o **item 33.5 do edital**.

Em resposta a Procuradoria Geral, opinou que ***“...há divergência entre o subitem 11.5, que dispõe que como critério de julgamento das propostas será adotado o de menor preço global e o subitem 12.7, que dispõe que para fins de apresentação dos lances durante a sessão pública da licitação, o valor a ser considerado é o menor preço unitário por item...”***

Por conseguinte, considerando que a lei 10.520/02 preceitua que:

“Art. 3º A fase preparatória do pregão observará o seguinte

[...]

II - a definição do objeto deverá ser precisa, suficiente e clara,
vedadas especificações que, por excessivas, irrelevantes ou desnecessárias, limitem a competição; **[grifo nosso]**



Comissão de Pregão III

Considerando que, o edital restou ambíguo quanto ao critério de julgamento das propostas.

Considerando os princípios dispostos no Decreto Federal 10.024/2019 que regulamenta a licitação, na modalidade de pregão, na forma eletrônica.

Art. 2º O pregão, na forma eletrônica, é condicionado aos princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da eficiência, da probidade administrativa, do desenvolvimento sustentável, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo, da razoabilidade, da competitividade, da proporcionalidade e aos que lhes são correlatos. [grifo nosso]

Assim sendo, ante a todo o exposto, entendemos ter havido prejuízo quando da apresentação das propostas iniciais, pelas empresas que pretendiam participar do certame, não sendo possível o julgamento objetivo das propostas com base no princípio da vinculação ao instrumento convocatório.

VII. DA DECISÃO DO PREGOEIRO

Isto posto, com fulcro no art. 17, inciso VII, do Decreto Federal n.º 10.024/2019, e art. 17, inciso VII, do Decreto Municipal n.º 599/2020, sem nada mais evocar, **CONHEÇO** do Recurso Administrativo interposto pela empresa **MMX RIO SULOÇÕES AMBIENTAIS LTDA** no processo licitatório referente ao Edital do Pregão Eletrônico n.º 122/2021, e no mérito, **DOU PROVIMENTO**, pela ALTERAÇÃO do julgamento anteriormente proferido, e ANULAÇÃO do presente certame.

Diante do provimento do recurso interposto, encaminho o presente processo para decisão, pela autoridade superior, de recurso administrativo de licitação do pregão, na forma eletrônica, Nº 122/2021.



Comissão de Pregão III

Informamos que esta decisão será publicada na íntegra em
<https://www.novafriburgo.rj.gov.br/licitacao/> e seu extrato em
<http://www.comprasnet.gov.br>.

Nova Friburgo, 27 de setembro de 2022.

Eliza Souza Machado
Pregoeira – Comissão de Pregão III
Matricula: 106.380